

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GIULIA MENEGASSO

O NEOLIBERALISMO NO CHILE: O REGIME PINOCHET E O APROFUNDAMENTO  
DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

São Paulo

2024

GIULIA MENEGASSO

O Neoliberalismo no Chile: o Regime Pinochet e o Aprofundamento das Desigualdades  
Sociais

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de  
Relações Internacionais da Pontifícia  
Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)  
como exigência parcial para a obtenção do título  
de Bacharel em Relações Internacionais, sob a  
orientação da Professora Doutora Luiza  
Rodrigues Mateo

São Paulo  
2024

Àquele que me salvou quando eu não sabia que precisava ser salva, que me deu vida em abundância, e que me amou incondicionalmente, dedico este trabalho. Porque dEle, por Ele e para Ele são todas as coisas, inclusive a minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Kátia Cristina Gallo Menegasso, que moveu os céus e a terra para se certificar de que eu conseguiria ter uma boa educação - e uma boa vida. Que passou por dificuldades e aflições, mas se manteve forte e se tornou um exemplo de mulher na minha vida, me ensinando todos os dias o que significa confiar verdadeiramente no Senhor. Obrigada mãe, por ter sido meu porto-seguro todos os dias durante essa jornada, não sei o que teria sido de mim sem você.

Ao meu pai, Pedro Eduardo Menegasso, por todas as conversas motivadoras e por ter tanta fé em mim. Sua resiliência me ensinou a nunca desistir, e seu amor por mim me inspirou a dar o meu melhor em todas as coisas. Você me mostrou que família é muito mais do que se reunir em datas comemorativas - é sobre intencionalidade, esforço, perdão. Obrigada por tudo, eu também não conseguiria ter chegado até aqui sem você na minha vida.

Ao meu irmão, Pedro Vinicius Gallo Menegasso, por ter me incentivado durante esta pesquisa e por ter me dado tantos conselhos - muito mais do que acadêmicos, mas de vida. Seu coração é enorme e eu não poderia ter pedido por um irmão melhor. Obrigada por tudo.

Agradeço também àquele que esteve ao meu lado por tantos anos, Matheus Zamboni. Além de toda a motivação durante esta pesquisa, pelas risadas e pelos momentos difíceis e felizes que passamos. Você me aproxima de Deus e me motiva a ser a melhor versão de mim mesma. Minha vida é melhor quando estamos juntos, e eu mal posso esperar pra dividir o resto dela com você.

Aos meus amigos – Vitória, Luísa, Giovanna, Giovana, Ana, Filipe - por terem me motivado e orado por mim todas as vezes em que pensei que sucumbiria às circunstâncias. Sem nossas conversas e sem o apoio de vocês, essa estrada teria sido muito mais difícil - e chata - de trilhar. Obrigada por todo o apoio.

À professora Luiza Rodrigues Mateo, minha orientadora, por ter me ajudado a organizar meus pensamentos confusos e a tornar esse trabalho realidade. Obrigada pelo aprendizado, pela paciência de ler meus e-mails e por cada conversa longa de orientação.

## RESUMO

Este estudo visa trazer uma análise exploratória acerca das consequências das políticas neoliberais instauradas durante o regime de Augusto Pinochet no Chile, sobretudo do aprofundamento das desigualdades socioeconômicas, principalmente no setor de saúde. A defesa do neoliberalismo chileno como fator determinante para o progresso econômico do país é problematizada, uma vez que a desigualdade de renda persiste e tem se acentuado, mesmo com a melhora dos indicadores econômicos ao longo dos anos. Ademais, as reformas neoliberais resultaram em consequências práticas alarmantes, como a mitigação do acesso a serviços de bem-estar social como saúde, educação e previdência social por parte da população mais pobre, incapaz de arcar com os custos das privatizações. Tal situação levou à grande onda de protestos que assolou o país em 2019 e chamou a atenção para as reais consequências do neoliberalismo na sociedade chilena. Dessa forma, ao caracterizar o neoliberalismo, realizar um resgate histórico de sua implementação no Chile, analisar as dinâmicas entre o Norte e o Sul global, e investigar os impactos das políticas públicas realizadas no setor de saúde, este estudo busca enriquecer a compreensão dos efeitos das políticas neoliberais em um país marcado por uma desigualdade histórica que é característica na América Latina.

**Palavras-Chave:** Chile; Neoliberalismo; Políticas Públicas; Bem-Estar Social; Desigualdade.

## ABSTRACT

This study aims to provide an exploratory analysis of the consequences of the neoliberal policies implemented during Augusto Pinochet's regime in Chile, with particular emphasis on the deepening of socioeconomic inequalities, especially in the healthcare sector. The defense of Chilean neoliberalism as a determining factor for the country's economic progress is questioned, as income inequality persists and has even worsened, despite improvements in economic indicators over the years. Furthermore, neoliberal reforms have led to alarming practical consequences, such as the reduction in access to essential welfare services like health, education, and social security for the poorest segments of the population, unable to bear the costs of privatizations. This situation sparked the significant wave of protests that swept the country in 2019, highlighting the real consequences of neoliberalism on Chilean society. Thus, by defining neoliberalism, conducting a historical overview of its implementation in Chile, analyzing the dynamics between the Global North and South, and investigating the impacts of the public policies applied in the healthcare sector, this study aims to enrich the understanding of neoliberal policies' results in a country historically marked by an inequality that is characteristic in Latin America.

**Key-Words:** Chile; Neoliberalism; Public Policies; Welfare; Inequality.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 01 - Chile: Avanço dos Indicadores Sociais Entre 1970 e 1980.....	22
Tabela 02 - Chile: Indicadores Sociais e Econômicos em 2006.....	23

## **LISTA DE SIGLAS**

FMI - Fundo Monetário Internacional

FONASA - Fundo Nacional de Saúde

ISAPREs - Instituições de Saúde Previsional

ISI - Industrialização por Substituição de Importações

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1. O Neoliberalismo .....</b>	<b>12</b>
<b>2. Chicago Boys, Augusto Pinochet e Reformas Neoliberais no Chile.....</b>	<b>17</b>
<b>3. Chile: Implicações do Neoliberalismo no Setor de Saúde.....</b>	<b>24</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>31</b>

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa analisar alguns dos impactos socioeconômicos das políticas públicas neoliberais implementadas durante o governo de Augusto Pinochet na sociedade chilena, cujos efeitos podem ser observados até os dias atuais. Também será problematizado o possível interesse do Norte Global em promover a agenda neoliberal na América Latina, bem como as dificuldades e desafios que surgem na implementação desse modelo, que pode levar ao aprofundamento das disparidades sociais, especialmente no contexto latino-americano – uma região historicamente marcada por elevada disparidade de renda, e que já foi considerada a mais desigual do mundo (PNUD, 2019).

As políticas neoliberais no Chile, cujos impactos sociais e práticos foram amplamente evidenciados pelos protestos de 2019, têm suas origens no regime autoritário de Augusto Pinochet (1974-1990), que foi o pioneiro na implementação de tais reformas em um país da América Latina. Com o intuito de refletir sobre as consequências econômicas das reformas adotadas, focando principalmente em aspectos como aumento na disparidade de renda e precarização do acesso à saúde, se faz necessária a realização de uma análise exploratória com base em diversas literaturas sobre o neoliberalismo no Chile.

Além disso, pode-se considerar a influência do Norte Global na expansão dessas políticas na América Latina ao destacar o financiamento, por instituições americanas, de um grupo de economistas chilenos que estudaram o pensamento neoliberal na Escola de Chicago. Estes estudantes se tornaram instrumentos fundamentais na difusão do neoliberalismo na América Latina, ao retornarem ao Chile e contribuírem para a implementação das reformas econômicas através de uma “terapia de choque”. Esse processo não apenas permitiu que o Norte Global passasse a utilizar o Chile como uma vitrine do neoliberalismo, mas também demarcou o início da disseminação das reformas neoliberais na região – intensificada posteriormente, a partir da atuação das Instituições de Bretton Woods e seus mecanismos de condicionalidade (TAYLOR, 2002, p. 47).

No primeiro capítulo é apresentado o conceito de neoliberalismo e as suas implicações como modelo econômico global, destacando como ele foi adotado por diversos países a partir das últimas décadas do século XX. A partir de literaturas que tratam sobre o assunto, é explicado como o neoliberalismo se caracteriza por um regime que favorece a “economia de livre mercado”, defendendo a mínima intervenção do Estado na economia. Também é discutido como a aplicação da abordagem neoliberal busca promover o desenvolvimento econômico, mas, ao mesmo tempo, gera consequências negativas, como o aumento da desigualdade social,

da pobreza e do desemprego. Por fim, o capítulo demonstra o impacto das políticas neoliberais na dinâmica econômica global, destacando suas implicações para os países em desenvolvimento, especialmente na América Latina, e o papel das instituições internacionais na disseminação desse modelo.

O segundo capítulo faz um resgate histórico que contextualiza a aplicação da reforma neoliberal no Chile. Tal resgate parte da descrição das políticas implementadas por meio do regime autoritário de Augusto Pinochet (1974-1990), que provocou mudanças substanciais na economia e na sociedade junto com os economistas chilenos conhecidos como "Chicago Boys". Embora os indicadores econômicos do Chile tenham melhorado ao longo dos anos (dados esses utilizados internacionalmente como forma de “medir” o nível de desenvolvimento dos países), houveram custos sociais, como a exclusão e precarização das classes mais pobres.

As reformas neoliberais, ao focarem na abertura do mercado e na privatização, contribuíram para a criação de uma sociedade mais desigual, marcada pela falta de acesso a serviços essenciais e pela marginalização de parte da população. Esse legado do neoliberalismo no Chile se reflete na persistente disparidade entre os aparentes avanços econômicos e os desafios sociais enfrentados pela população mais vulnerável. No final do trabalho, serão explicadas algumas das políticas neoliberais instituídas especificamente no setor de saúde chileno, expondo como as privatizações foram responsáveis por mitigar o acesso a esse direito para a população que não pode arcar com os custos dos serviços privados.

Portanto, ao caracterizar algumas das medidas implementadas no governo Pinochet e suas consequências práticas ao longo da história do Chile, que resultaram nas manifestações de 2019 durante o regime de Sebastián Piñera, o presente estudo tem o objetivo de contribuir para uma compreensão mais profunda das dinâmicas socioeconômicas geradas pelo neoliberalismo no contexto chileno; de levantar uma reflexão acerca da funcionalidade do modelo na América Latina; e de questionar os interesses dos Estados Unidos e das agências internacionais na promoção do Chile como um modelo de sucesso. Assim, poderá ser relevante para debates mais amplos sobre o neoliberalismo, dinâmicas entre Norte e Sul Global, e as discussões acerca da ideia do papel do Estado na promoção do bem-estar social na América Latina.

## 1. O Neoliberalismo

Para Rotarou e Sakellariou, o termo neoliberalismo é frequentemente empregado para descrever o atual regime econômico global, que favorece a “economia de livre mercado”. Essa abordagem econômica também pode ser vista como uma ideologia política que defende a responsabilidade dos Estados de estabelecer quadros regulamentares que garantam o funcionamento eficiente dos mercados globais (2017, p. 496). Essa dinâmica dialoga com o que Eduardo Filho (1997, p. 23) afirma, ao associar aos economistas neoliberais a estratégia de reestruturação econômica dos países por seus governos, realizada no intuito de alcançar uma integração econômica global e promover o desenvolvimento nacional. Tal integração seria apenas possível com a abertura dos mercados à concorrência estrangeira, liberdade de movimento de capital, desregulamentação dos mercados internos (principalmente o de trabalho), e privatização de empresas estatais – ações essas que são buscadas a partir da formulação e implementação de políticas públicas.

As reformas neoliberais têm o objetivo de aumentar a competitividade nos mercados internos para impulsionar o crescimento econômico do país, e procuram fazer isso através de privatizações e da promoção da mínima intervenção do Estado na economia. Elas podem, porém, produzir outras consequências:

(...) pode-se afirmar que os resultados das políticas neoliberais são no chamado capitalismo globalizado de nossos dias, os mesmos do capitalismo do século XIX, a saber: o aumento do desemprego e da pobreza num pólo corresponde ao aumento da riqueza e do excesso de capital no outro pólo; aumento da instabilidade financeira e da especulação; redução dos salários reais e aumento da precariedade do emprego (FILHO, 1997, p. 29).

Davi Silva de Carvalho (2022) compara os resultados do neoliberalismo citados por Eduardo Filho com uma fala do ex-presidente chileno Sebastián Piñera em entrevista ao Jornal El País em 2019, na qual ele afirma defender uma economia aberta e competitiva ao mesmo tempo em que reforça o dever do Estado de lutar contra a pobreza e promover igualdade de oportunidades, reafirmando seu papel na melhoria do bem-estar social (Jornal EL PAÍS, 2019). Carvalho argumenta que a fala do ex-presidente é incoerente, visto que ele defende o fim das desigualdades sociais em um modelo econômico que, por sua natureza, tende a reforçá-las. Governos voltados para a economia de mercado acabam por limitar os direitos sociais e, ainda que possam oferecer vantagens econômicas para o país (2022, p. 187), implementam políticas que resultam no desemprego em massa, como explicam Campbell e Pederson:

[O neoliberalismo] inclui princípios normativos institucionalizados favorecendo soluções de mercado livre para problemas econômicos, ao invés de negociações ou planejamento indicativo, e uma dedicação ao controle da inflação mesmo que isso signifique sacrificar o pleno emprego (2001, p. 5).

Também há a percepção, por parte dos defensores da teoria neoliberal, de que as instituições privadas têm uma maior capacidade de prover serviços de qualidade para a população do que os próprios governos. Esse pensamento frequentemente resultou na redução de gastos públicos com o bem-estar social em diversas partes do mundo, o que frequentemente levou ao aumento das taxas de pobreza e de desigualdade (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017, p. 496).

O neoliberalismo se fundamenta, portanto, em uma crença sólida na eficácia do livre mercado, e na adoção de políticas que priorizam a desregulamentação e na privatização do setor público, promovendo uma tradição de responsabilidade individual que substitui a ideia de provisão coletiva por um conceito de estado de bem-estar que é mínimo e reduzido (HANCOCK, 1999, p. 5). Isso significa que o dever do Estado passa a ser o dever das famílias, que nem sempre podem arcar com os custos e por isso veem seus direitos básicos, como os de acesso à saúde e educação, serem reduzidos:

Em matéria social, salvo exceções, as políticas [neoliberais] deixam de procurar a ampliação do mercado interno, o pleno emprego e a universalização dos acessos aos serviços públicos, como os de saúde ou educação. Por outro lado, através da reforma dos sistemas de aposentadorias e levando-se em conta a focalização na distribuição orçamentária de bens, se procura isentar o fisco das obrigações, transferirem riscos do Estado às famílias e multiplicar as oportunidades de negócios privados (IBARRA, 2011, p. 242).

É importante ressaltar que, por si só, o neoliberalismo não é explicitamente favorável à mitigação dos direitos de bem-estar social, ainda que possa produzir tais efeitos. É uma ideologia que defende que o bem-estar social pode ser induzido, mas por meio de práticas e políticas econômicas que reafirmam o livre mercado e comércio ao reduzirem as ações do Estado. Essa ação é minimizada principalmente por meio da corporativização e privatização, uma vez que, como já citado, o pensamento neoliberal pressupõe que as instituições privadas são mais aptas para oferecer serviços básicos como saúde e educação do que os próprios governos.

A lógica neoliberal relacionada às privatizações se contrapõe ao pensamento de *welfare* keynesiano, que posiciona o Estado como responsável por garantir o bem-estar social da população (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017, p. 496). O pensamento keynesiano foi amplamente adotado na América Latina por muito tempo (WESTPHALEN, 1982, p. 186) –

uma região em que as disparidades socioeconômicas tendem a ser elevadas, o que significa que grande parte da população se encontra em níveis de pobreza que pressupõem sua incapacidade de financiar serviços básicos privatizados (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017). Portanto, tal realidade regional foi por muito tempo compatível com o modelo econômico de Keynes, que defende uma maior intervenção do governo, em contraste com as ideias propostas pelo liberalismo e pelo neoliberalismo (WESTPHALEN, 1982).

Antecessor do pensamento neoliberal, o liberalismo foi primeiramente articulado em 1776 na obra "A Riqueza das Nações", de Adam Smith, e ditou a dinâmica econômica global por décadas, estabelecendo o papel mínimo dos governos no mercado como ideal. Foi apenas a partir da Grande Depressão, por volta de 1930, que o pensamento keynesiano, que promovia uma economia com ênfase no setor privado, mas com um papel intervencionista por parte do governo, difundiu-se como modelo econômico mais implementado pelas nações desenvolvidas (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017, p. 496).

A ideologia neoliberal efetivamente surgiu por volta da década de 1970, tendo sido impulsionada por autores como Friedrich Hayek e Milton Friedman, e disseminada internacionalmente a partir da ascensão de lideranças políticas como Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Foi de 1980 para o início da década de 1990 que as instituições de Bretton Woods introduziram o Consenso de Washington, que consistiu em um conjunto de políticas econômicas que deveriam ser implementadas nos países em desenvolvimento que estavam em crise. O objetivo de tais "soluções" econômicas era estabilizar a economia, controlar a hiperinflação e incentivar o crescimento dos países subdesenvolvidos (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017, p. 496).

Essas diretrizes passaram a ser uma condição central para a concessão de empréstimos e ajuda internacional. O FMI e o Banco Mundial, ao utilizarem o Consenso de Washington como base para suas ações, passaram a exigir que os países em desenvolvimento implementassem políticas neoliberais como requisito para acessar financiamentos. Para muitas dessas nações, que já enfrentavam desigualdades socioeconômicas profundas, o acesso a esses recursos significava a necessidade de adotar políticas que muitas vezes acentuavam ainda mais as disparidades sociais existentes (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017, p. 496).

Na década de 1990, o comunismo sucumbiu com a queda da União Soviética e, com o colapso do bloco socialista, o neoliberalismo se consolidou ainda mais como o modelo de organização econômica predominante no mundo. Foi assim que países pós-soviéticos, que antes funcionavam a partir de uma forte intervenção estatal e de políticas de bem-estar social,

começaram a limitar seu papel intervencionista, adotando medidas como privatização em larga escala e desregulamentação de empresas estatais. As reformas neoliberais nesses países foram fortemente incentivadas por organizações internacionais que condicionavam suas ajudas financeiras à implementação dessas políticas (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017, p. 496).

Assim, as dinâmicas do Norte e do Sul Global (entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas) também são relevantes na medida em que determinam a lógica do pensamento neoliberal, amplamente disseminado pela globalização e por meio das instituições de Bretton Woods. Esse processo foi responsável por consolidar nos países do Sul Global a ideia de que o livre mercado seria a chave para superar o atraso econômico e promover o desenvolvimento:

Em termos propagandísticos, o neoliberalismo difundiu, no Terceiro Mundo, a tese esperançosa de que o jogo livre dos mercados fecharia a brecha do atraso, ao passar não somente pela abertura de fronteiras, como também pela estabilização de preços e contas públicas. Com algum simplismo, postulou-se que o desenvolvimento exportador e de investimento estrangeiro erradicariam a pobreza crônica do subdesenvolvimento, enquanto a difusão automática das melhoras tecnológicas elevaria os padrões de vida e se inverteriam em favor da orientação mercantil das políticas públicas (IBARRA, 2011, p. 239).

No entanto, Ibarra (2011) também destaca que há um foco na exportação de produtos primários na América Latina, como *commodities* agrícolas, minerais e energia. Essa característica faz com que a região perca competitividade na exportação de manufaturados e serviços, setores que estão avançando tecnologicamente em nível global e que possuem mais valor agregado:

Na América Latina, o insuficiente ativismo exportador marca o retorno à velha especialização na venda de artigos primários — produtos agropecuários, minerais, energéticos, máquinas simples —, enquanto se perde terreno e competitividade, na colocação de manufaturas ou serviços, onde se encontra um avanço tecnológico de caráter mundial (IBARRA, 2011, p. 242).

Portanto, tendo em vista que o modelo econômico neoliberal defende a ideia de livre mercado, a insuficiente atividade exportadora dos países latino-americanos (que não conseguem diversificar suas exportações, permanecendo dependentes da venda de produtos primários), acaba limitando o desenvolvimento econômico desses países, que não conseguem competir com as economias avançadas que exportam produtos manufaturados com alto valor agregado e serviços tecnológicos (IBARRA, 2011, p. 242). Tal dinâmica suscita uma reflexão acerca do interesse do Norte Global em estabelecer uma agenda de incentivo à adoção de reformas neoliberais nos países da América Latina.

A influência do Norte Global – sobretudo dos Estados Unidos – na produção e na exportação de modelos econômicos que moldam Estado e sociedade também pode ser observada na implementação do neoliberalismo no Chile, em um processo que será melhor explorado no próximo capítulo. Todavia, essa força atuante também está presente no constante uso das instituições internacionais como mecanismos de propagação das políticas neoliberais no pós-Segunda Guerra Mundial, como já citado. Arturo Escobar (2007) compreende esse processo como a “institucionalização do desenvolvimento”.

Para Escobar, todas as instituições criadas no pós-Segunda Guerra Mundial – como as de Bretton Woods, bem como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – passaram a constituir uma agenda do desenvolvimento internacional, se tornando verdadeiros mecanismos de difusão de políticas de desenvolvimento e políticas sociais (2007). Tal dinâmica deriva de uma concepção de desenvolvimento conhecida como “Teoria da Modernização”, que tem origem no Norte Global e considera os países do Sul Global como atrasados e incapazes de se desenvolver sem a intervenção e orientação do Norte. Segundo Escobar (2007), as instituições internacionais criaram uma espécie de “engenharia econômica” ao estabelecerem uma agenda de desenvolvimento formulada com base nos modelos econômicos dos países desenvolvidos, não considerando, portanto, as culturas ou as necessidades locais dos países em desenvolvimento.

Assim, a partir dos anos 80, a própria concepção de desenvolvimento passou por uma transformação significativa, sendo amplamente moldada pelo fortalecimento do pensamento neoliberal. Nesse período, o desenvolvimento deixou de ser visto como um processo multifacetado, envolvendo uma abordagem que incluía o bem-estar social e a justiça distributiva, para se tornar essencialmente um fenômeno econômico orientado por processos como a liberação dos mercados, a privatização de empresas estatais e a redução significativa da intervenção governamental na economia (ESCOBAR, 2007).

As reformas econômicas propostas pelo FMI e pelo Banco Mundial difundem as políticas que contribuem para moldar a sociedade e o processo de desenvolvimento de outros países. Tais políticas contribuem para a perpetuação da dependência de Estados menos economicamente desenvolvidos às instituições e às potências econômicas, por meio da abertura dos mercados e do endividamento externo de países do Sul Global - principalmente nas regiões da América Latina e da África (IBARRA, 2011, p. 245).

Para Ibarra, “as teses neoliberais representam uma mudança radical, frequentemente irrealista, na maneira de visualizar os problemas do desenvolvimento e as explicações

justificatórias das políticas a serem instrumentadas” (2011, p. 246). Ao caracterizar o neoliberalismo como irreal, Ibarra sugere que as soluções propostas por esse modelo de pensamento são, por muitas vezes, desconectadas da realidade social e econômica de muitos países - ou seja, o neoliberalismo assume que o livre mercado e pouca intervenção estatal resultarão em prosperidade e desenvolvimento, desconsiderando as desigualdades estruturais e as condições locais de muitos países, especialmente em contextos de subdesenvolvimento ou de desigualdade extrema (2011).

A própria ideia de desenvolvimento, que seria impulsionada pelo neoliberalismo, foi apresentada como uma espécie de “salvação”, na forma de um pacote de medidas prontas para serem aplicadas e tidas como a única forma de crescimento econômico para as nações subdesenvolvidas (ESCOBAR, 2007). Tal fenômeno fica evidente na influência que os Estados Unidos tiveram na implementação do neoliberalismo no Chile, a partir da difusão desse pensamento econômico pela Escola de Chicago.

## **2. Chicago Boys, Augusto Pinochet e Reformas Neoliberais no Chile**

Antes da implementação do neoliberalismo no Chile, o país se baseava no modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI). Essa estratégia de acumulação capitalista consistia na promoção do desenvolvimento industrial interno por meio de uma intervenção estatal que seguia o modelo keynesiano. O Estado fornecia subsídios ao setor industrial, ajustava as taxas de câmbio para reduzir o custo de maquinários importados, aplicava tarifas elevadas sobre os bens de consumo estrangeiros, e mantinha a exportação de matérias-primas como um componente essencial da estratégia de desenvolvimento. Assim, o modelo visava, a partir de medidas protecionistas, incentivar a produção do mercado interno (TAYLOR, 2002, p. 47).

Juntamente ao modelo de acumulação da ISI, o Estado chileno procurava regular a relação entre capital e trabalho por meio de intervenções na distribuição de renda, como salários ajustados pela inflação, subsídios para bens básicos e a criação de um sistema de bem-estar social. Assim, o Estado visava dar à classe trabalhadora uma maior participação na riqueza gerada, ao mesmo tempo em que tentava manter a estabilidade social e impedir o crescimento de ideologias subversivas – garantindo a continuidade do capitalismo e o crescimento da economia. Além disso, o próprio aumento do poder de compra da classe trabalhadora chilena possibilitava uma saída para os bens produzidos internamente (TAYLOR, 2002, p. 48).

Todavia, na América Latina, esse modelo entrou em crise no final de 1960 para o começo da década de 70. Taylor (2002) destaca que o financiamento da indústria chilena dependia da exportação de matérias-primas, especialmente do cobre, que representava 80% das exportações do país na época. Esse modelo de crescimento baseado na exportação de recursos naturais deixava o país vulnerável às flutuações nos preços dos mercados globais, o que fez com que a situação econômica do Chile fosse agravada com o declínio da economia mundial e a queda do preço do cobre no final da década de 60 (TAYLOR, 2002, p. 49). Isso desencadeou uma série de ações que agravaram ainda mais a situação econômica – as pressões internas para reduzir os gastos sociais foram intensificadas, a dívida externa foi aumentada e empréstimos internacionais foram tomados na tentativa de enfrentar a crise econômica que assolava o país.

Foi em 1970, frente à polarização política que o país enfrentava por conta da crise (havia os comprometidos em restabelecer as condições para a acumulação capitalista sustentada e aqueles que buscavam um maior nível de redistribuição), que Salvador Allende foi eleito presidente. Suas medidas econômicas se baseavam no aprofundamento dos mecanismos distributivos e na nacionalização de alguns setores da economia, o que resultou em um descontentamento por parte da direita política, que se via ameaçada pelas iniciativas do governo (TAYLOR, 2002, p. 50). Foi dessa forma que a crise política no Chile, que se intensificou durante o governo de Allende, culminou no golpe militar de 1973 liderado pelo General Augusto Pinochet. O regime militar formou uma aliança com interesses burgueses, e tinha o objetivo de resolver a crise econômica ao estabelecer condições para a acumulação de capital (TAYLOR, 2002, p. 51).

O regime autoritário de Augusto Pinochet (1974-1990) transformou o país em um “laboratório de experimentação de políticas neoliberais” (FILHO, 1997, p. 29). Esse processo de mudança iniciou principalmente após um grupo de economistas chilenos terem sido enviados para estudar na Universidade de Chicago, onde se aprofundaram nos estudos da teoria neoliberal ao serem mentorados por Milton Friedman e Arnold Harberger – dois estudiosos que desempenharam papéis significativos na formulação e disseminação das ideias neoliberais no âmbito das ciências econômicas na época (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017, p. 497).

Ao retornarem ao Chile, os estudantes que ficaram conhecidos como “Chicago Boys” se tornaram assessores econômicos de Pinochet, participando do processo de implementação das medidas neoliberais de livre mercado que dominaram a conjuntura socioeconômica e política do país durante todo o regime autoritário (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017, p. 497). Também aconselhado por Milton Friedman, Augusto Pinochet optou por iniciar a

implementação das políticas neoliberais através do que Naomi Klein chamou de “terapia de choque” – medidas rápidas e drásticas implementadas pelo governo que impactaram fortemente a economia e sociedade chilena:

Friedman aconselhou Pinochet a impor uma transformação rápida da economia – cortes de impostos, livre comércio, serviços privatizados, cortes nos gastos sociais e desregulamentação. Eventualmente, os chilenos viram até suas escolas públicas serem substituídas por instituições privadas financiadas por vouchers. Foi a reforma capitalista mais extrema já tentada em qualquer lugar, e ficou conhecida como uma revolução da "Escola de Chicago", já que muitos dos economistas de Pinochet haviam estudado com Friedman na Universidade de Chicago<sup>1</sup> (KLEIN, 2010, p.7, tradução nossa).

Foi dessa maneira que, durante o regime de Pinochet, o Chile se tornou um dos primeiros países da América Latina a promover uma contrarreforma neoliberal, através da implementação de algumas políticas que, embora tenham contribuído para o crescimento econômico chileno, também acentuaram a desigualdade de renda e precarizaram o acesso da população a serviços básicos do governo. As políticas neoliberais levaram ao aumento da pobreza, deterioraram a distribuição de renda e mitigaram os direitos trabalhistas, aprofundando as desigualdades sociais já existentes no país.

A primeira rodada das reformas de Pinochet, de 1974 a 1983, resultou no desemprego em massa e na redução do poder de compra de grande parte da população (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017). Próximo ao final do regime ditatorial, em 1989, além da taxa de pobreza ser de 42,2%, os 20% mais ricos da população concentravam aproximadamente 57,6% da renda nacional, enquanto os 20% mais pobres detinham apenas 4,3% dessa mesma renda (TAYLOR, 2002, p. 55).

Logo após a ascensão de Pinochet ao poder, as atividades sindicais foram severamente restringidas e, em 1973, Pinochet fechou os sindicatos. A supressão e a repressão dos sindicatos contribuíram para a precarização dos direitos trabalhistas e favoreceram o enriquecimento das classes empresariais, já que os trabalhadores não podiam mais se organizar para negociar melhores condições de trabalho, salários e benefícios. Assim, a falta de uma representação sindical forte resultou na fragilização dos direitos laborais, tornando as classes mais baixas ainda mais vulneráveis às possíveis práticas exploratórias dos empregadores (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017, p. 497).

---

<sup>1</sup> “Friedman advised Pinochet to impose a rapid-fire transformation of the economy—tax cuts, free trade, privatized services, cuts to social spending and deregulation. Eventually, Chileans even saw their public schools replaced with voucher-funded private ones. It was the most extreme capitalist makeover ever attempted anywhere, and it became known as a "Chicago School" revolution, since so many of Pinochet's economists had studied under Friedman at the University of Chicago.”

Para Ibarra, a debilitação dos sindicatos compõe uma das características do neoliberalismo que, em termos econômicos e políticos, leva à implementação de políticas de desregulamentação e flexibilização das normas que protegem o trabalho, não oferecendo quase nada em troca pela supressão dos direitos adquiridos (2011, p. 243). Além disso, a precarização dos sindicatos permite que os empresários maximizem seus lucros, uma vez que não possuem o dever de arcar com os custos associados aos direitos trabalhistas. Essa dinâmica, que foi observada no caso chileno, contribuiu ainda mais para a centralização do poder econômico no país, dado que “a debilidade das organizações laborais, a falta de representatividade dos regimes políticos e as pressões internacionais estão na raiz dos fenômenos de concentração do poder econômico e político” (IBARRA, 2011, p. 242).

Mesmo que de 1985 a 1997 o PIB do país tenha crescido em cerca de 7,1% – período que ficou conhecido como a “era dourada” do Chile – os descontentamentos com as condições sociais se intensificaram entre a população, o que incentivou o governo a reconstruir os sindicatos previamente desmanchados. Mesmo assim, o governo continuou atuando a favor das classes que possuíam mais poder aquisitivo, mantendo um forte posicionamento contra as organizações laborais (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017, p. 498).

Portanto, entende-se que o modelo econômico neoliberal implementado por Pinochet foi propício para o surgimento progressivo e gradual de grandes fortunas familiares. Um outro importante fator que levou a essa mudança estrutural no país foi a privatização de empresas públicas, que auxiliou no processo de concentração de poder nas mãos de uma pequena parcela da população, levando à formação de monopólios e oligopólios em setores diversos da economia chilena, como o de educação e o de saúde:

Uma das principais razões para essa persistente alta desigualdade é que setores-chave da economia – como bancos, manufatura, comércio varejista, empresas de pensões privadas (AFPs), prestadores privados de saúde (ISAPREs) e farmácias – estão atualmente concentrados nas mãos de poucas famílias poderosas, como resultado do vasto processo de privatização ocorrido durante o regime de Pinochet. Isso leva a lucros supranormais que, por sua vez, contribuem para a desigualdade de renda<sup>2</sup> (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017, p. 498, tradução nossa).

Além disso, devido aos oligopólios formados e ao controle das grandes corporações sobre os preços e as condições do mercado, Naomi Klein destaca que as empresas se “fundiram”

---

<sup>2</sup> “One of the main reasons behind this persisting high inequality is that key sectors of the economy – such as banking, manufacturing, retail trade, private pension companies (AFPs), private health providers (ISAPREs), and pharmacies – are currently concentrated in the hands of few powerful families, as a result of the vast privatisation process that took place during the Pinochet regime. This leads to super-normal profits that in turn contribute to income inequality.”

ao poder político, adquirindo a capacidade de manipular recursos e influenciar políticas públicas em seu próprio benefício:

Em todos os países onde as políticas da Escola de Chicago foram aplicadas nas últimas três décadas, emergiu uma poderosa aliança governamental entre algumas grandes corporações e uma classe de políticos, em sua maioria ricos – com linhas nebulosas e sempre em mudança entre os dois grupos. Na Rússia, os bilionários privados dessa aliança são chamados de "oligarcas"; na China, "princelings"; no Chile, "piranhas"; nos EUA, os "Pioneers" da campanha Bush-Cheney. Longe de liberar o mercado do Estado, essas elites políticas e corporativas simplesmente se fundiram, trocando favores para garantir o direito de apropriar recursos preciosos anteriormente mantidos no domínio público<sup>3</sup> (2010, p. 15, tradução nossa).

De forma gradual, os descontentamentos sociais frente à má distribuição de renda e às violações dos direitos humanos levaram Pinochet a tentar legitimar o regime militar através de um plebiscito em 1988, que não obteve resultados favoráveis. A crise econômica, a crescente insatisfação da população e o resultado negativo do plebiscito foram alguns dos fatores que ajudaram a enfraquecer o governo, culminando nas eleições de 1989 e no término do regime de Pinochet em 1990 (TAYLOR, 2002, p. 57).

A transição para a democracia no Chile, a partir de meados dos anos 1990, não resultou em uma total ruptura com o modelo neoliberal adotado durante a ditadura de Pinochet. Embora o país tenha experimentado um elevado crescimento econômico na década do retorno à democracia, as políticas laborais continuaram fragilizadas, embora melhores em relação ao que existia sob o regime militar. Mesmo com a mudança política, os governos democráticos pós-ditadura cediam frequentemente às pressões da classe empresarial, mantendo a estrutura econômica neoliberal que privilegiava o mercado e as grandes corporações (TAYLOR, 2002).

Ainda assim, através do aumento dos investimentos em áreas sociais com o objetivo de combater a pobreza e a desigualdade, reduzir o desemprego e garantir a estabilidade macroeconômica, houve uma melhoria no padrão de vida da classe média e das camadas mais pobres. As políticas implementadas pelos governos pós-Pinochet conseguiram diminuir consideravelmente os índices de pobreza, com a pobreza e a extrema pobreza caindo para 11,7% em 2015. No entanto, as políticas redistributivas não foram eficazes, e, apesar dos avanços

---

<sup>3</sup> “In every country where Chicago School policies have been applied over the past three decades, what has emerged is a powerful ruling alliance between a few very large corporations and a class of mostly wealthy politicians—with hazy and ever-shifting lines between the two groups. In Russia the billionaire private players in the alliance are called "the oligarchs"; in China, "the princelings"; in Chile, "the piranhas"; in the U.S., the Bush-Cheney campaign "Pioneers." Far from freeing the market from the state, these political and corporate elites have simply merged, trading favors to secure the right to appropriate precious resources previously held in the public domain.”

socioeconômicos recentes, o Chile continua sendo um dos países com maior desigualdade de renda no mundo (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017, p. 498).

Portanto, após as mudanças substanciais provocadas pelas políticas neoliberais de Pinochet em diversos setores, os indicadores econômicos do Chile demonstraram algumas melhorias a longo prazo, como é possível observar no período de quase 30 anos após o início da ditadura militar e da reforma neoliberal:

**Tabela 01 - Chile: Avanço dos Indicadores Sociais entre 1970 e 1998**

Indicador	1970	1998
Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	64,0	75,00
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil habitantes)	82,2	10,30
Taxa de Analfabetismo (em % da população com 15 anos ou mais)	11,0	4,60
Acesso à Água Potável (por mil habitantes)	66,0	99,0
Índice de Gini (Região da Grande Santiago)	0,4	0,468 <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Dado de 1996

**Fonte:** Banco Central do Chile e Instituto Nacional de Estatísticas do Chile (INE). Dados organizados por SOARES, 2009, p. 31.

Tal melhora dos indicadores econômicos foi amplamente utilizada pelo FMI e pelos defensores do neoliberalismo chileno como prova do sucesso das reformas implementadas por Pinochet e os Chicago Boys no país (TAYLOR, 2002). Considerando que, como já mencionado, grande parte da população de baixa renda passou a arcar com os custos de serviços básicos que anteriormente eram fornecidos pelo Estado, mas que foram privatizados durante a implementação das reformas neoliberais, é questionável a classificação do Chile como um caso de sucesso das medidas neoliberais:

De qualquer forma, apesar dos numerosos elogios que o país recebeu em relação ao seu impressionante crescimento econômico, as políticas neoliberais adotadas no Chile tiveram um impacto negativo duradouro na provisão de bem-estar, especialmente nos sistemas de saúde e educação. Embora grandes melhorias tenham sido feitas nas últimas décadas, o país ainda sofre com grande desigualdade de renda, oportunidades

educacionais desiguais e acesso desigual aos cuidados de saúde<sup>4</sup> (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017, p. 496, tradução nossa).

Já em 2006, mais de 30 anos após o começo da reforma neoliberal no Chile, a expectativa de vida superou os 76 anos; a taxa de mortalidade infantil se situou na faixa de oito por mil habitantes; a taxa de analfabetismo permaneceu abaixo de 4%; e o IDH era de 0,859, aproximando-se aos níveis de países desenvolvidos. No mesmo ano, porém, o país foi considerado um dos mais desiguais do mundo, apresentando uma disparidade de renda extrema (SOARES, 2009, p. 30).

**Tabela 02 - Chile: Indicadores Sociais e Econômicos em 2006**

Indicador	Valor
PIB Total ( US\$ MM)	145.845
PIB Per Capita ( US\$)	8.875
Exportações (mil US\$ FOB)	58.116
Importações (mil US\$ CIF)	35.903
Dívida Pública (em % do PIB)	5,3
Superávit Fiscal (em % do PIB)	7,7
Inflação (IPC %)	2,6
Taxa de Desemprego (em % do PIB)	8,0
IDH	0,859
Índice de Pobreza (em % da população)	13,7
Índice de Gini	0,571
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil Habitantes)	8,58
Esperança de vida (em anos)	76,77
Taxa de Analfabetismo(em % da população)	4,3

**Fonte:** Banco Central do Chile; INE; Cia World Factbook; PNUD; MIDEPLAN. Dados organizados por SOARES, 2009, p. 32.

<sup>4</sup> “Nevertheless, despite the numerous accolades the country has received regarding its impressive economic growth, the neoliberal policies adopted in Chile have had a longlasting negative impact on welfare provision, especially concerning the health and education systems. Although great improvements have been made during the last few decades, the country still suffers from high income inequality, unequal educational opportunities, and inequitable health care access.”

Os dados de 2006 indicam que o Chile conseguiu alcançar significativos avanços econômicos a longo prazo, após a implementação das políticas neoliberais. Fatores como o crescimento do PIB, a estabilidade fiscal e o controle da inflação são reflexos de uma economia orientada para o mercado global. No entanto, a persistente desigualdade ao longo dos anos, indicada pelo alto Índice de Gini e pela taxa de pobreza, servem para atestar que o modelo neoliberal teve, de fato, efeitos negativos – sendo o índice de pobreza de 13,7% um reflexo das desigualdades geradas, em parte, pelas reformas neoliberais. Embora o crescimento econômico tenha elevado o padrão de vida de muitos, o modelo neoliberal frequentemente aumenta as desigualdades, já que ele tende a concentrar o poder econômico e político nas mãos de poucos (IBARRA, 2011, p. 242).

A redução da pobreza é evidente, mas ela não é acompanhada de uma distribuição equitativa da riqueza. Em outras palavras, enquanto alguns segmentos da população se beneficiaram do crescimento econômico, outros permaneceram à margem, evidenciando a limitação do neoliberalismo em lidar com questões estruturais de desigualdade e bem-estar social (TAYLOR, 2002). Tais dados suscitam uma reflexão acerca da implementação de políticas neoliberais em uma região do globo que historicamente já enfrenta disparidades sociais.

### **3. Chile: Implicações do Neoliberalismo no Setor de Saúde**

A OCDE estabelece padrões internacionais em questões econômicas, financeiras, comerciais, sociais e ambientais, promovendo debates que resultam na coordenação de políticas em áreas diversas da atuação governamental (Banco Central do Brasil, 2023). Os países candidatos à organização devem estar alinhados com os valores do grupo: liberalização econômica, compromisso com a democracia, desenvolvimento sustentável, respeito aos direitos humanos e ao Estado de Direito (NEVES, 2021, p. 115). Ao apresentar o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da América Latina, cumprir com os diversos parâmetros esperados, e demonstrar seu compromisso com as boas práticas de governança, bem como com as políticas de desenvolvimento defendidas pela OCDE, o Chile foi convidado a se juntar à Organização, tornando-se, em 2010, o primeiro país da América Latina a realizar o feito (BBC, 2009).

Como tratado nos capítulos anteriores, tais dados também foram considerados pelas Instituições de Bretton Woods como um indicador do sucesso das medidas econômicas

neoliberais primeiramente implementadas no regime de Augusto Pinochet na década de 1970, e que seguiram guiando o país durante a volta à democracia (TAYLOR, 2002, p. 47). Ainda que inicialmente a economia não tenha melhorado com as políticas neoliberais instauradas pelo governo autoritário em setores como saúde, previdência e educação, o país conseguiu escapar, de forma aparente, das falhas que geralmente acompanham os mercados desregulados, sendo assim considerado por críticos e defensores do modelo como uma grande exceção latino-americana (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017, p. 496).

Sebastián Piñera, presidente do Chile por dois mandatos (2010-2014 e 2018-2022), foi o principal responsável pela intensificação do neoliberalismo no país no período democrático pós-Pinochet. Ao promover diversas medidas de enxugamento de gastos, ele desencadeou um crescente descontentamento social que questionou o modelo econômico vigente. Em 2019, sob sua administração, as manifestações populares trouxeram à tona uma outra perspectiva sobre o neoliberalismo no Chile, na medida em que evidenciaram as profundas desigualdades em áreas como previdência, educação e saúde.

As manifestações reivindicaram melhorias nos sistemas de saúde, de educação e de previdência. Embora essa privatização tenha sido elogiada por sua eficiência aparente, ela também levou a disparidades significativas no acesso e na qualidade desses serviços – aqueles que podiam pagar por esses serviços privados, desfrutavam de atendimentos médicos e educação de qualidade, enquanto por outro lado, a maioria da população tinha acesso limitado a serviços públicos subfinanciados e, na maioria das vezes, de qualidade inferior (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017).

Na América Latina, após as reformas econômicas propostas pelo FMI a diversos países, observou-se que o aumento de conglomerados internacionais e empresas de seguros de saúde privados, junto com a diminuição do papel dos governos nos serviços de saúde, causou sérios problemas na qualidade, custo, acesso e equidade dos sistemas de saúde. Essas instituições privadas, por manterem seu foco nos lucros em vez de oferecerem cuidados acessíveis e de boa qualidade, contribuíram para o enfraquecimento dos sistemas públicos de saúde, aumentaram a diferença entre as áreas urbanas e rurais, além de terem agravado a desigualdade no acesso aos serviços de saúde (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017, p. 497).

Rotarou e Sakellariou destacam que o estado de bem-estar social de Keynes pressupõe o papel do governo na garantia do acesso à saúde como direito para a população, algo que é minado pelas políticas neoliberais. Com as privatizações na saúde, surge ainda uma outra questão: a substituição do conceito de paciente pelo de cliente, visto que a elaboração de

regulamentações neoliberais na área da saúde e a deterioração do estado de bem-estar social levaram à perda da noção de que a saúde era um direito universal. Assim, o neoliberalismo transforma a saúde em um bem de consumo em vez de reconhecê-la como um direito, evidenciando seu foco na acumulação de riqueza às custas do bem-estar social (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017, p. 497).

Todavia, para compreender adequadamente o processo de transformação no setor de saúde chileno, é fundamental retomar o período do regime de Pinochet. Sua primeira ação após o golpe militar foi a eliminação do Sistema Nacional de Saúde, que, desde 1952, fornecia cuidados para toda a população – o que foi feito a partir do abandono do conceito de estado de bem-estar social que regia o país até então e da suspensão da gratuidade dos serviços. As reformas neoliberais no sistema de saúde foram implementadas por meio de ações como a divisão do Sistema Nacional de Saúde em Serviços Regionais, a municipalização dos centros de saúde primária e a criação do Fundo Nacional de Saúde (FONASA) – o seguro público de saúde do Chile – que promoveu a separação entre a gestão dos cuidados de saúde e a administração dos recursos financeiros (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017, p. 497).

As instituições de seguros de saúde privados, denominadas Instituições de Saúde Previsional (ISAPREs), foram criadas em 1981 – com a divisão do sistema de saúde entre FONASA e ISAPREs, a crise no setor de saúde foi agravada. As contribuições compulsórias da população, que se referem ao sistema de financiamento obrigatório do atendimento médico por meio de descontos automáticos nos salários dos trabalhadores, de 1974 a 1989, subiram de 16% para 45%; e a participação do setor privado chegou a representar metade dos serviços de saúde no Chile em 1989 (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017, p. 497).

Entretanto, conforme explicam Rotarou e Sakellariou, a desregulamentação e a liberalização do mercado chileno produziram outros efeitos, e os governos democráticos que seguiram o regime militar tiveram que lidar com uma série de problemas relacionados aos serviços públicos de saúde. Esses problemas incluíram uma grande deterioração da infraestrutura pública e uma gestão ineficiente, além da falta de coordenação entre os serviços de saúde regionais e as autoridades municipais. Tais desafios, decorrentes da desregulamentação e liberalização do mercado chileno, resultaram na informalização crescente do mercado laboral e na piora das condições de trabalho e de salário. Ademais, as áreas mais afetadas pela deterioração dos serviços de saúde foram as zonas rurais e os bairros urbanos mais pobres, o que gerou um aumento na desigualdade regional no país (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017, p. 499).

Frente à situação precária do sistema de saúde no Chile, diversas reformas foram realizadas, mas a estrutura básica de organização, financiamento e prestação de serviços foi mantida. Em 2005, uma reforma abrangente foi implementada com o objetivo de melhorar a equidade no acesso, financiamento e fornecimento de serviços, buscando resolver problemas como a falta de cobertura de benefícios no sistema público e as deficiências de proteção, transparência e os altos custos do sistema privado. Os gastos públicos com saúde no total do PIB aumentaram de 1,6% em 1990 para 3,9% em 2014, melhorando, de fato, alguns dos aspectos deixados pelas reformas neoliberais do regime de Pinochet (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017, p. 499). Todavia, as desigualdades persistem: em 2019, 79% da população dependia do FONASA, enquanto apenas 15% contavam com a cobertura das ISAPREs (OVALLE; VIGUERAS, 2019).

No Chile, os planos de saúde privados não são complementares ao sistema público, mas sim uma alternativa ao FONASA. Essa dinâmica resultou em uma estratificação do sistema de saúde chileno, no qual cada classe social tem um acesso diferente aos serviços de saúde, reforçando as desigualdades. As classes mais altas têm acesso a um sistema privado que lhes proporciona uma assistência mais rápida e de melhor qualidade; as classes médias costumam optar pelo FONASA (mas possuem copagamentos variáveis de acordo com sua renda); e as classes mais baixas dependem do sistema público, que oferece um acesso gratuito ou com custos baixos, mas muitas vezes com condições de atendimento menos favoráveis (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017, p. 500).

O valor do prêmio do contrato das ISAPREs é determinado por fatores como sexo, idade e risco. Isso faz com que mulheres em idade reprodutiva e idosos frequentemente tenham que arcar com custos mais altos, o que pode resultar em sua exclusão do sistema de saúde privado. No geral, mulheres podem pagar até quatro vezes mais do que os homens, e as pessoas acima de 60 anos pagam até oito vezes mais do que jovens adultos do sexo masculino. Essas condições fazem com que as ISAPREs atraiam principalmente populações mais ricas, jovens, urbanas e masculinas, deixando de fora os pobres e grupos mais vulneráveis (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017, p. 500).

Essa dinâmica evidencia uma forma extrema de responsabilização individual, em que as pessoas não apenas são incumbidas de assegurar seu próprio direito de acesso à saúde, mas também são penalizadas com base em características pessoais, como sexo, idade e condição socioeconômica. Esse modelo contribui para a estratificação do sistema de saúde, resultando em uma segmentação que exclui e marginaliza grupos vulneráveis, agravando as desigualdades

e consolidando um sistema que favorece os mais abastados e saudáveis ao mesmo tempo que penaliza os mais pobres e vulneráveis (ROTAROU; SAKELLARIOU, 2017, p. 500).

Rotarou e Sakellariou apontam ainda para o fato de que diversas empresas que fazem parte das ISAPREs são multinacionais estrangeiras:

De fato, enquanto a privatização de mais serviços de saúde exige uma maior vigilância do setor privado por parte do governo, governos enfraquecidos – sob as políticas neoliberais de promoção da privatização e redução da capacidade do setor público – têm menos capacidade de proteger seus membros contra abusos por instituições terceiras, nesse caso, de abusos das ISAPREs e das multinacionais que as controlam<sup>5</sup> (2017, p. 500, tradução nossa).

Portanto, a criação de ISAPREs e a liberalização do mercado de saúde deixaram o país vulnerável a abusos por parte de empresas privadas, muitas das quais são controladas por multinacionais. A privatização, além de prejudicar a qualidade dos serviços de saúde para a população mais pobre, reforçou a exclusão e a marginalização de grande parte da sociedade chilena. Assim, as políticas neoliberais implementadas no Chile, ao promoverem a privatização e a diminuição do papel do Estado, geraram um sistema de saúde desigual, no qual esse direito foi substituído pelo conceito de consumo, evidenciando as limitações e as falhas de um modelo que prioriza os lucros em detrimento do bem-estar social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou analisar o impacto das reformas neoliberais no Chile, com foco nas áreas de saúde, previdência e educação, e como essas políticas contribuíram para o aprofundamento das desigualdades sociais. Ao longo dos capítulos, foi possível perceber como o modelo econômico neoliberal, ao ser implementado de maneira acelerada e imposta por ditaduras militares, mas também reforçado durante o processo democrático, teve efeitos profundos e duradouros na estrutura social do país. Foi discutido como o neoliberalismo, como conceito e prática, defende a primazia do mercado, a redução da intervenção estatal e a promoção da competição como motores do desenvolvimento. No entanto, suas consequências para os países da América Latina têm sido, frequentemente, a exacerbação das disparidades sociais, como observado no caso chileno.

---

<sup>5</sup> “Indeed, while the privatisation of more health care services requires a greater vigilance of the private sector from the part of the government, weakened governments – under the neoliberal policies of promoting privatisation and cutting back on the capacity of the public sector – are less able to protect their members from abuses by third-party institutions, in our case, abuses by the ISAPREs and the multinational companies that own them.”

No primeiro capítulo, foi discutido o conceito de neoliberalismo e sua implementação nas políticas econômicas globais, promovidas principalmente pelas instituições financeiras internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, que impuseram seus modelos de austeridade e privatização aos países em desenvolvimento, incluindo os da América Latina. Essas políticas, embora justificadas sob a premissa de crescimento e modernização, frequentemente resultaram na intensificação da pobreza e da desigualdade, uma vez que a promessa de "benefícios para todos" raramente se concretizou, sobretudo para as camadas mais pobres da sociedade. Foi demonstrado como, a partir da década de 1970, a América Latina experimentou um verdadeiro processo de "neoliberalização" imposto de cima para baixo, com o Chile sendo um dos primeiros países a adotar um sistema econômico que moldou sua sociedade por décadas.

Ao longo deste trabalho, foi enfatizado que a redução do sistema de bem-estar social, a privatização de setores estratégicos – como saúde, educação e previdência – e a implementação de um modelo econômico voltado para o setor privado constituíram elementos centrais durante o regime da ditadura militar no Chile. Com o retorno à democracia, o país continuou a adotar políticas neoliberais sob a liderança de governos democráticos, mas estes não conseguiram reverter as desigualdades geradas pelo modelo implementado durante a ditadura – ainda que tenham amenizado em algum grau as medidas impostas por Pinochet. Dessa forma, o Chile, embora tenha se destacado internacionalmente por seus índices macroeconômicos, manteve-se marcado por uma desigualdade estrutural que afeta principalmente as classes mais baixas.

Ademais, o estudo buscou evidenciar a transformação do sistema de saúde chileno como um produto do neoliberalismo implementado no regime Pinochet. A privatização dos serviços de saúde, iniciada na década de 1980, resultou em um sistema fragmentado e estratificado, no qual os mais ricos passaram a ter acesso a cuidados de saúde de alta qualidade, enquanto os mais pobres enfrentavam sistemas públicos defasados e subfinanciados. O modelo de saúde chileno, ao segmentar a população entre os que podiam arcar com planos de saúde privados e os que dependiam do FONASA, também favoreceu a percepção da saúde como um bem de consumo, em vez de um direito universal, e do indivíduo como um cliente, em lugar de um paciente. As reformas subsequentes, apesar de tentarem corrigir algumas dessas distorções, não foram suficientes para reverter as raízes da privatização, e o sistema continuou a beneficiar desproporcionalmente as classes mais altas da sociedade.

Em linhas gerais, o Chile ilustra a complexidade e os desafios das reformas neoliberais na América Latina. A promessa de crescimento econômico e eficiência, muitas vezes associada às reformas neoliberais, foi em grande parte observada em termos de indicadores

macroeconômicos, como o aumento do PIB e a redução da inflação. No entanto, esse modelo gerou uma sociedade altamente desigual, com a restrição ao acesso à saúde de qualidade sendo um reflexo direto desse efeito.

A presente pesquisa revela que o caso do neoliberalismo no Chile expõe as contradições e limitações de um modelo econômico que privilegia os mercados em detrimento do bem-estar social, ainda que o país tenha sido apresentado como um exemplo de sucesso na América Latina. Fica evidente que as políticas neoliberais implementadas por Pinochet no setor de saúde desempenharam um papel crucial no aprofundamento das desigualdades, enfraquecendo o sistema de bem-estar social de maneira que seus efeitos ainda perduram no país.

Este estudo se insere de maneira relevante nos debates contemporâneos sobre o neoliberalismo, as relações entre o Norte e o Sul Global, e as questões relativas ao papel do Estado na garantia do bem-estar social na América Latina, oferecendo novas perspectivas para a compreensão dos desafios estruturais da região. Ao abordar as complexidades do neoliberalismo no Chile, este trabalho contribui de maneira significativa para estudos que visam compreender as consequências das reformas neoliberais na América Latina, possibilitando uma reflexão acerca dos impactos dessas políticas não apenas no acesso à saúde e outros direitos sociais fundamentais, como também no aprofundamento das desigualdades sociais.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, André. **Feridas abertas do neoliberalismo chileno**. EPSJV, 2020. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/feridas-abertas-do-neoliberalismo-chileno>. Acesso em: 15 maio 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/ocde>. Acesso em: 12 out. 2024.

BOSSERT, Thomas; DINTRANS, Pablo. **Health Reform in the Midst of a Social and Political Crisis in Chile, 2019-2020**. Health Systems & Reform, 2020.

CAMPBELL, John; PEDERSEN Ove. **The Rise of Neoliberalism and Institutional Analysis**. Princeton: NJPrinceton University Press, 2001.

CARMOS, Marcia. **Chile é o primeiro país da América Latina a ser convidado para a OCDE**. BBC News, Buenos Aires, 15 de dezembro de 2009. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/12/091215\\_ocde\\_chile\\_mc\\_ac](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/12/091215_ocde_chile_mc_ac). Acesso em: 9 out. 2024.

DE LA FUENTE, Francisco. **A dura realidade da saúde pública no Chile: “Se você não tem dinheiro, morre”**. BBC News, Santiago, 24 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50494429> . Acesso em: 6 maio 2024.

DUGGAN, Lisa. **The Twilight of Equality: neoliberalism, cultural politics and the attacks**. Boston: Beacon Press, 2004.

EDWARDS, Sebastian. **The Chile Project: The story of the Chicago Boys and the Downfall of Neoliberalism**. Princeton: Princeton University Press, 2023.

EPSJV. **Feridas abertas do neoliberalismo chileno**. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/feridas-abertas-do-neoliberalismo-chileno>. Acesso em: 16 mar. 2024.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo**. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2007.

HANCOCK Linda. **Women, public policy and the state**. Melbourne: Macmillan, 1999.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IBARRA, David. **O neoliberalismo na América Latina**. Revista de economia política, vol. 31, no 2 (122), p. 238-248, 2011.

ISTOÉ Dinheiro. **O neoliberalismo no Chile e os "Chicago Boys", de Sebastian Edwards**. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/o-neoliberalismo-no-chile-e-os-chicago-boys-de-sebastian-edwards/>. Acesso em: 16 mar. 2024.

KLEIN, Naomi. **The shock doctrine: the rise of disaster capitalism**. New York: Henry Holt and Company, 2010.

LABRA, Maria. **La reinvencción neoliberal de la inequidad en Chile: el caso de la salud**. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 18, n. 4, p. 1041–1052, 2002.

LISSARDY, Gerardo. **Por que a América Latina é a 'região mais desigual do planeta'**. BBC News, Nova York, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51406474>. Acesso em: 9 out. 2024.

MALDONADO FILHO, Eduardo. **Globalização e neoliberalismo: o surgimento do novo ou a volta ao passado? Neoliberalismo, Privatizações: quem decide esse jogo?** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1997.

MARCUZZO, Maria. **Whose Welfare State? Beveridge versus Keynes**. In: *NO WEALTH BUT LIFE: Welfare Economics and the Welfare State in Britain, 1880–1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

NEVES, Leonardo. **A experiência latino-americana na OCDE: referências para o Brasil**. *Revista Tempo do Mundo*, n. 25, abr. 2021.

OVALLE, Marco; VIGUERAS, Lorena. **Developing a Team to Improve Oral Health: Health System in Chile**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, PNUD. **Além do rendimento, além das médias, além do presente: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2019.

ROTAROU, Elena; SAKELLARIOU, Dikaios. **Neoliberal reforms in health systems and the construction of long-lasting inequalities in health care: A case study from Chile**. *Health Policy*, v. 121, n. 5, p. 495–503, 2017.

SILVA DE CARVALHO, Davi. **Chile: Uma Volta ao Passado? Os Protestos de 2019-2020 e o Balanço Histórico Entre os Governos de Pinochet e Piñera**. *Revista Horizontes Históricos*, vol.5, n. 2, 2022.

SOARES, Leandro. **Análise da Evolução da Economia Chilena no Período 1985-2006**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Economia), UFRJ, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2514/1/LMSoares.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.

TAYLOR, Marcus. **Success for Whom? An Historical-Materialist Critique of Neoliberalism in Chile**. *Historical Materialism*, v. 10, n. 2, p. 45-75, 2002.

VALDÉS, Juan Gabriel. **Pinochet's Economists: The Chicago School in Chile**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

WESTPHALEN, Jürgen. **Friedman versus Keynes in Latin America**. *Intereconomics*, ISSN 0020-5346, Verlag Weltarchiv, Hamburg, Vol. 17, pp. 184-189, 1982.

WISECARVER, Daniel. **El modelo económico chileno**. Santiago: Editora UCC, 1992.